
RESULTADOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA EM 1980

Doracy Soares Conte

Da University of California, Los Angeles

INTRODUÇÃO

Os objetivos deste estudo descritivo, baseado nos dados publicados pelo Censo de 1980, são os seguintes: (a) descrever o mais fielmente quanto possível o aspecto quantitativo das redes particular e pública de ensino, focalizando as instituições e seus corpos docente e discente, nos ensinos pré-primário, de 1º, 2º e 3º graus; (b) identificar as regiões sócio-econômicas* que lideram as estatísticas, comparando-as com as regiões em que a carência de ensino é ressaltada, focalizando as pirâmides educacionais encontradas nas várias regiões; (c) comparar o crescimento da rede de ensino com o crescimento da clientela destinada aos diferentes níveis, em série temporal definida; e (d) oferecer recomendações para a tomada de decisão bem informada em matéria educacional.

APRESENTAÇÃO SUMÁRIA DOS RESULTADOS, SEGUNDO GRAUS DE ENSINO

Ensino Pré-primário

Embora tenha havido um crescimento sistemático do número de escolas pré-primárias, durante a 2ª metade da década de 1970 (Tabela 1)**, embora o maior número destas escolas seja mantido pelo sistema público, e embora a taxa de crescimento das escolas tenha sido superior ao crescimento da faixa etária a qual ela se destina (Tabela 2), na verdade a oferta está aquém das necessidades e uma forte distorção na distribuição das escolas no território nacional foi encontrada. Os esforços públicos e particulares para a construção de uma frente educacional para melhorar o desempenho psico-físico do pré-escolar falharam ao oferecer mais escolas e quem sabe também melhores escolas para populações economicamente mais desenvolvidas, deixando um extenso vazio pré-primário na Região VII, a qual constitui a metade menos desenvolvida do território nacional (Tabela 3). Além de se

* Para definição das Regiões Sócio-Econômicas ver ANEXO final.

** Ver Tabelas no final.

observar um quantum maior de escolas em regiões de nível sócio-econômico mais alto, o número de matrículas e de professores favorece as crianças das mesmas regiões. As oportunidades, a nível pré-escolar, parecem, portanto, voltadas para os mais afortunados.

Ensino de 1º grau

Não houve crescimento sistemático do ensino de 1º grau, de 1974 a 1978 (Tabela 1). Na verdade, o sistema particular decresceu, durante este período. A maioria das escolas são mantidas pelo sistema público (95%). A Bahia oferece o maior número de instituições, enquanto São Paulo emprega o maior número de professores. Ao comparar a Região VII (metade menos desenvolvida do território nacional) com a outra metade do Brasil, notamos que a primeira comporta 10% (dez por cento) das escolas, e a segunda, as outras 90% (noventa por cento) (Tabela 3). Quanto ao corpo docente, a relação professor-aluno em São Paulo é de 1 (um) para 20 (vinte), e na Região VII, é de 1 (um) para 32 (trinta e dois). O sistema público emprega 86% (oitenta e seis por cento) dos professores de 1º grau. Finalmente, continua existindo a pirâmide educacional brasileira. Para cada 5 (cinco) alunos matriculados na 1ª série, 1 (um) chega à 8ª. A forma da pirâmide varia segundo a região em que se encontra (Tabela 4).

Daf a se concluir que os esforços desenvolvidos no ensino elementar são um resultado de atividades eminentemente públicas, que permaneceram aproximadamente constantes de 1974 até 1978. A grande oferta feita pelo sistema público inibiu, de certa forma, a atividade particular a este nível. Ao mesmo tempo, nota-se a má distribuição das escolas, que se concentram, sobremaneira, na região sul do país, a qual se constitui no quarto mais desenvolvido do Brasil. Além disso, a pirâmide educacional ainda é a grande ameaça ao sistema de ensino brasileiro, especialmente quando se leva em conta a sua pluralidade.

Ensino de 2º grau

O ensino de 2º grau é mantido em igualdade de condições pelo sistema público e privado. O número de cursos triplicou de 1974 a 1977 (Tabela 1), enquanto que o crescimento da faixa etária 15-19 cresceu 12% (doze por cento) (Tabela 2). São Paulo lidera as estatísticas em escolas, professores e matrículas. Este estado mantém 25% (vinte e cinco por cento) das instituições de ensino, enquanto a Região VII mantém 7% (sete por cento) das mesmas. São Paulo aproveita 25% (vinte e cinco por cento) da faixa etária 15-19, comparado com a Região VII que aproveita 15% (quinze por cento) do mesmo grupo. A relação professor-aluno é de 1 (um) para 11 (onze) em São Paulo e de 1 (um) para 18 (dezoito) na Região VII, sugerindo dados pouco realísticos (Tabela 3). Finalmente, a pirâmide de ensino mostra-se forte no 2º grau, pois aproximadamente 10% (dez por cento) dos alunos de 1º grau chegam a matricular-se no nível seguinte. A medida, em que se aproxima do ápice da pirâmide a seleção social torna-se mais visível pois

que a oportunidade se rarefaz e tende a favorecer particularmente a grupos privilegiados.

Ensino de 3º grau

O sistema de ensino superior acrescentou, em 1979, 3 (três) cursos a cada grupo de 10 (dez) já existentes em 1974 (Tabela 1). O que parece uma vantagem considerável, mostra, entretanto, alguns problemas quanto à distribuição das escolas no território nacional e quanto à dependência administrativa. O sistema particular mantém 76% (setenta e seis por cento) das instituições, 57% (cinquenta e sete por cento) dos cursos e 64% (sessenta e quatro por cento) dos alunos de 3º grau, mas emprega apenas 46% (quarenta e seis por cento) dos professores deste nível. Além disso o sistema particular mantém fora de exercício 4% (quatro por cento) do corpo docente, comparado a 8% (oito por cento) fora do exercício nas escolas públicas. Quanto à distribuição no território nacional, enquanto no Brasil há uma média de 5 (cinco) cursos por instituição, a Universidade de Brasília mantém 37 (trinta e sete) cursos, as 3 (três) universidades estaduais de São Paulo mantêm uma média de 45 (quarenta e cinco) cursos por escola, o único estabelecimento federal isolado do Amazonas oferece 1 (um) curso de graduação e no Pará 1 (um) estabelecimento federal isolado oferece 3 (três) cursos de graduação. Os estados que mantêm o maior número de unidades escolares, matrículas e professores são São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco. De cada 5 (cinco) escolas superiores no Brasil 2 (duas) estão em São Paulo; de cada 50 (cinquenta), 1 (uma) está na Região VII. Em conclusão, as universidades das regiões mais desenvolvidas têm maior número e oferecem mais alternativas de cursos, mantêm mais alunos e contratam mais professores que as escolas superiores das regiões menos desenvolvidas (Tabela 3).

LIMITAÇÕES DA ANÁLISE DE DADOS

As conclusões deste estudo sofrem de limitações que desafiam o seu índice de confiabilidade, a despeito de todos os esforços para uma análise descritiva o mais fiel quanto possível. Tais limitações são, em resumo:

1. Problemas concernentes à definição da faixa etária referente a cada nível de ensino: os dados encontrados apresentam intervalos de classe que não correspondem exatamente aos grupos de idade do pré-primário, 1º, 2º e 3º graus, nem tampouco levam em consideração a defasagem de idade nos diversos níveis educacionais, o que é uma constante em nosso país.

2. As freqüências representadas em termos de instituições escolares, matrículas e professores são um indicador quantitativo que pode pouco representar em termos qualitativos. Portanto, não se pode pressupor que um grande número de professores ou a razão professor-aluno faça necessariamente uma escola eficiente, embora seja um sintoma de crescimento da mesma, especialmente se ela está em regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.

3. Limitações referentes a dificuldades de definição dos níveis sócio-econômicos da clientela educacio-

nal: tentou-se visualizar o nível sócio-econômico em larga perspectiva nas Regiões Sócio-Econômicas, o que levou a uma grande perda da variabilidade dos diversos sistemas de ensino.

4. Problemas relativos a análise cruzada de tabelas que correspondem a segmentos temporais distintos: aceitou-se em média uma margem de 2 (dois) anos de diferença entre tabelas cruzadas, acreditando-se que tal margem de erro não levasse a diferenças dramáticas no resultado das análises, dada a relativa estabilidade dos grandes números.

5. Na análise dos grandes números através de séries, conclusões são tiradas sem estudo do mesmo grupo de sujeitos no decurso temporal, o que caracteriza os estudos longitudinais. Tentou-se analisar a pirâmide educacional através de séries, pressupondo-se que as diferenças com resultados de estudos longitudinais não fossem relevantes, outra vez esteiando-se no princípio da estabilidade dos grandes números.

6. As relações professor-aluno e aluno-escola tornaram-se menos realistas à medida em que se subia para os ensinos de 2º e 3º graus, por causa da proliferação do número de cursos que passam a se constituir em unidades analíticas mais representativas do que a escola propriamente dita.

RECOMENDAÇÕES FINAIS

1. Dentro de uma perspectiva democrática que promova a igualdade de oportunidades educacionais, identificar regiões, estados e municípios que sofram de maior carência social e econômica, canalizando para os mesmos mais recursos financeiros a serem aplicados no processo ensino-aprendizagem;

2. oferecer várias formas de suporte financeiro à escola particular, a exemplo da extensão à mesma de linhas especiais de crédito e financiamento que venham a amparar e incentivar a atividade de caráter supletivo da rede privada;

3. onde houver comprovada deficiência da rede pública, conceder ao aluno economicamente carente bolsas de estudo cujos valores sejam equivalentes ao total real das anuidades escolares cobradas pelas escolas privadas;

4. criar prioritariamente nos municípios de nível sócio-econômico mais baixo, creches, escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes que recebam crianças de idade inferior a 7 (sete) anos;

5. promover e dar suporte financeiro a entidades particulares de assistência que possam atender a populações pré-escolares de nível sócio-econômico baixo.

ANEXO

DEFINIÇÃO DE REGIÕES SÓCIO-ECONÔMICAS:

Região I:	Rio de Janeiro	Pernambuco
Região II:	São Paulo	Alagoas
Região III:	Paraná	Sergipe
	Santa Catarina	Bahia
	Rio Grande do Sul	Região VI: Distrito Federal
Região IV:	Minas Gerais	Região VII: Rondônia
	Espírito Santo	Acre
Região V:	Maranhão	Amazonas
	Piauí	Roraima
	Ceará	Pará
	Rio Grande do Norte	Amapá
	Paraíba	Mato Grosso
		Goiás

**TABELA 1 – UNIDADES ESCOLARES E CURSOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
(1974 - 1979)**

	-Ano	Unidades Escolares		
		Total	Públicas	Particulares
Pré-Escola	1974	8.636	4.117 (47%)	4.519 (53%)
	1975	9.158	4.348 (47%)	4.810 (53%)
	1976	9.349	4.538 (48%)	4.811 (52%)
	1977	11.909	5.696 (50%)	5.940 (50%)
	1978	12.066	6.727 (55%)	5.339 (45%)
1º Grau	1974	180.915	169.376 (93%)	11.539 (7%)
	1975	188.260	176.195 (93%)	12.065 (7%)
	1976	170.920	160.695 (94%)	10.226 (6%)
	1977	174.403	165.438 (94%)	8.965 (6%)
	1978	186.009	176.359 (94%)	9.650 (6%)
Ano		Cursos*		
		Total	Públicos	Particulares
2º Grau	1974	10.885	4.432 (40%)	6.453 (60%)
	1975	11.367	4.860 (42%)	6.507 (58%)
	1976	31.167	13.474 (42%)	17.893 (58%)
	1977	30.631	13.090 (42%)	17.541 (58%)
3º Grau	1974	3.080	1.276 (41%)	1.804 (59%)
	1975	3.497	1.439 (41%)	2.058 (59%)
	1976	3.918	1.614 (41%)	2.304 (59%)
	1977	4.072	1.697 (41%)	2.375 (59%)
	1978	4.147	1.805 (43%)	2.342 (57%)
	1979	4.398	1.906 (43%)	2.492 (57%)

* Cursos – Tipos de diferentes formações

**TABELA 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE ESTIMADA, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE
(1975 - 1980)**

Grupo de Idade	População residente estimada (alternativa inferior)		
	1975	1980	Aumento (%)
0-4	16.414.466	18.431.197	11%
5-9	14.028.494	16.798.560	17%
10-14	13.288.837	13.913.066	5%
15-19	11.699.925	13.170.560	12%
20-24	10.075.562	11.556.990	13%
25-29	8.119.278	9.929.116	19%
30-34	6.360.400	7.988.021	21%
35-39	5.527.537	6.245.666	12%
40-44	4.932.837	5.396.440	9%
45-49	4.365.256	4.784.973	9%
50-54	3.369.803	4.183.331	20%
55-59	2.736.693	3.168.641	14%
60-64	2.061.861	2.496.840	18%
65-69	1.532.440	1.792.012	15%
70-74	951.885	1.230.816	23%
75-79	553.858	676.641	19%
80 e mais	381.434	439.860	14%
Total	106.406.566	122.202.730	13%

TABELA 3 – NÚMERO DE ESCOLAS, MATRÍCULAS E PROFESSORES NOS DIVERSOS NÍVEIS DE ENSINO, SEGUNDO REGIÕES SÓCIO-ECONÔMICAS (1978)

Regiões sócio-econômicas	Nº de escolas	Nº de matrículas	Nº de professores
Região I			
Pré-Primário	1.252	119.896	5.812
1º Grau	6.074	2.032.089	84.256
2º Grau	695	338.030	24.017
3º Grau *	111	221.305	19.443
Região II			
Pré-Primário	3.121	282.981	11.095
1º Grau	18.382	4.190.471	194.711
2º Grau	1.590	697.320	60.824
3º Grau *	345	430.683	30.041
Região III			
Pré-Primário	2.072	119.459	5.721
1º Grau	36.333	3.526.478	163.878
2º Grau	1.410	454.465	32.841
3º Grau *	160	217.960	19.001
Região IV			
Pré-Primário	2.086	151.067	6.858
1º Grau	23.847	3.016.356	114.927
2º Grau	980	310.636	20.111
3º Grau *	134	150.074	12.096
Região V			
Pré-Primário	2.709	199.333	8.862
1º Grau	81.952	6.128.049	217.383
2º Grau	1.496	472.384	29.894
3º Grau *	94	203.592	20.142
Região VI			
Pré-Primário	132	24.278	895
1º Grau	352	226.906	7.200
2º Grau	49	38.869	1.827
3º Grau *	12	26.729	1.840
Região VII			
Pré-Primário	695	52.318	2.428
1º Grau	18.500	2.352.756	72.458
2º Grau	535	207.418	11.328
3º Grau *	30	61.456	6.248

* Dados de 1979

**TABELA 4 – ESTUDANTES DE 5 ANOS E
MAIS DE IDADE SEGUNDO SÉRIE QUE
FREQUENTAM NO ENSINO DE 1º GRAU
(1978)**

Série	Estudantes de 5 ou mais anos de idade
1ª	5.753.646
2ª	3.611.982
3ª	2.939.884
4ª	2.421.644
5ª	1.901.858
6ª	1.638.548
7ª	1.422.706
8ª	1.266.191
TOTAL	20.956.459*

* A diferença deste dado com o contido na tabela 9 deve-se aos alunos cuja série não foi especificada pelo Censo de 1980.

Endereço para contato:
Doracy Soares Conte
511, E. Maple, # 1
Glendale, Ca 91 205
(818) 500-1013 - USA